

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E TRABALHO NA RMS

Larissa Daiane Vieira Barros\*  
Ângela Maria Carvalho Borges\*\*

**RESUMO:** *O artigo discute as repercussões do processo de reestruturação produtiva sobre os tipos de famílias e sobre os componentes do grupo familiar. São identificados os tipos de famílias que vêm sendo mais afetadas por esse processo, a distribuição dos principais riscos do mercado de trabalho em função da posição na família e discutidas as implicações da fragilização do modelo de família patriarcal, centrado no chefe provedor do sexo masculino, acentuada pela reestruturação.*

**Palavras-chave:** Família; Trabalho; Arranjos de Inserção Familiar.

### 1. INTRODUÇÃO

Com a implantação do modelo neoliberal, que concentra a renda e impede a realização de investimentos que assegurem a geração do número de empregos necessários, a economia brasileira passou por uma profunda reestruturação, gerando conseqüências importantes no mercado de trabalho, dentre elas a expansão do desemprego e a precarização dos empregos, problemas que hoje atingem a todas as camadas da população.

A queda nos rendimentos e o desemprego dos principais provedores têm levado os componentes dos núcleos familiares a fazerem rearranjos de inserção no mercado de trabalho com o intuito de amortecer a crise vivida por todos. No entanto, nem sempre é possível manter os níveis de rendimento e o padrão de vida da família.

Como parte do projeto “Os chefes de família e os jovens num mercado de trabalho em crise na Região Metropolitana do Salvador – RMS, entre 1993 e 2003”, desenvolvido no Núcleo de Estudos do Trabalho – NET, esse estudo buscou identificar e analisar alguns aspectos do impacto da reestruturação produtiva sobre as famílias da RMS, considerando os diversos tipos de família e dando destaque aos chefes, cônjuges e filhos. Recorreu-se a um conjunto de dados quantitativos levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD para os anos de 1993-2004, os quais permitem perceber vários aspectos da relação família e trabalho.

### 2. IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE AS FAMÍLIAS DA RMS E OS CONSEQÜENTES ARRANJOS FAMILIARES

Ao longo do processo de análise e interpretação dos dados levou-se em consideração uma bibliografia que inclui estudos empíricos realizados no Brasil acerca da relação família x trabalho. Essa revisão bibliográfica revela que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho vêm interferindo nas relações familiares e vice-versa, e que a divisão sexual do trabalho, vigente tanto

---

\* Graduada em Serviço Social e bolsista de Iniciação Científica (UCSal) do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET). [laravbarros@gmail.com](mailto:laravbarros@gmail.com).

\*\* Doutora em Ciências Sociais, Professora da Escola de Serviço Social, Coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET). [angelamc@ucsal.br](mailto:angelamc@ucsal.br).

NOTA: O bolsista Cássio Silva Oliveira, graduando em Informática, foi o responsável pela sistematização dos dados.

no mercado de trabalho como na família – isto é, atuando ao mesmo tempo na esfera produtiva e na esfera familiar - acaba por articular esses dois espaços sociais.

Dessa forma, tal como ressaltam Montali e Barrère-Maurisson, não é suficiente estudar os efeitos da vida profissional sobre a família e o inverso. É necessário tratá-las em conjunto, sob uma mesma lógica que atribui ao homem e à mulher lugares específicos nestas estruturas. (Montali, 2000,2003,2004 e Barrère-Maurisson 1999).

Entende-se também que o estudo da relação família-trabalho pressupõe a consideração das mudanças sócio-culturais, da crise no sistema produtivo e a articulação entre estes processos. No primeiro conjunto de mudanças são destacados a queda da taxa de fecundidade, a elevação do nível de educação das mulheres, a redução do número de casamentos, o aumento do número de divórcios e os novos acordos de nupcialidade.

Quanto as mudanças sócio-econômicas, em resposta à crise no sistema de acumulação capitalista manifesta no final dos anos 60 e início dos anos 70 em todo o mundo, ocorreu um processo de reestruturação produtiva que incluiu a reorganização da produção, do trabalho e dos mercados. No Brasil, a reestruturação produtiva intensificou-se a partir da década de 90, com a introdução de novos e modernos padrões de produção e teve como conseqüências o crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho, a queda do rendimento médio dos que permanecem ocupados e o acirramento da pobreza. Juntos, esses dois conjuntos de mudanças têm gerado profundas transformações nas relações familiares, colocando em discussão a impossibilidade de manutenção do modelo de família patriarcal, do chefe provedor.

Faz-se necessário lembrar que, como o desemprego e os demais riscos do mercado de trabalho (precarização, baixa remuneração, insegurança no emprego) atingem desigualmente os trabalhadores em função de características como sexo, idade, escolaridade, cor, posição na família, etc, a repercussão desses processos sobre as famílias vai depender da sua composição, pois o perfil dos seus componentes pode aumentar ou diminuir a sua exposição a esses riscos.

Os dados da PNAD confirmam que o principal e mais visível dos impactos da reestruturação produtiva e da desregulamentação neoliberal na RMS – como em outras regiões metropolitanas – foi a expansão do desemprego. Segundo Borges,

Esses impactos incidiram sobre um mercado de trabalho que sempre se mostrou incapaz de utilizar produtivamente a população disponível para trabalhar, mantendo uma parte expressiva desta em situação de desemprego aberto ou oculto, pelo trabalho precário ou inatividade. (BORGES, 2004/2005, p. 1)

Nesta rápida análise das principais transformações ocorridas no mercado de trabalho metropolitano do período 1993 e 2003, Borges (2004/2005, p. 1) mostra que neste período houve um expressivo salto da taxa de desocupação – a mais elevada do país –, levando a um incremento de 150 mil novos desocupados.

Esse aumento da desocupação foi acompanhado por mudanças importantes nas formas de inserção no mercado de trabalho, com destaque para o processo de desassalariamento, cuja intensidade pode ser avaliada quando se observa que neste período apenas pouco mais da metade do aumento da ocupação deveu-se ao crescimento do número de empregados, levando à redução do percentual de assalariados no total dos ocupados (de 61,5% para 59,4). Além disso, ampliou-se o emprego precário (sem carteira assinada), pois seis em cada dez novas vagas criadas no período corresponderam a empregos “sem carteira assinada”.

Por esta razão, o incremento da ocupação entre 1993 e 2003 esteve associado a formas de inserção historicamente marcadas pela precariedade, como é o caso dos trabalhadores domésticos, dos pequenos empreendedores e da maior parte dos trabalhadores por conta própria, contribuindo para reforçar os traços mais negativos do mercado de trabalho metropolitano.

Ou seja, na RMS, o processo de reestruturação produtiva trouxe significativas modificações no mercado de trabalho e nas formas de inserção, as quais atingiram de forma diferenciada os diversos tipos de família e segmentos da força de trabalho, com repercussões sobre as chances de cada integrante da família (chefe, cônjuge, filhos, agregados).

Para avaliar essas repercussões, foram calculadas as taxas de participação e de desocupação dos componentes do grupo familiar segundo a posição que ocupam na família e as taxas agregadas para as famílias<sup>1</sup>, conforme a composição dos grupos familiares.

Com a análise dos indicadores agregados busca-se observar o grau de vulnerabilidade de cada tipo de família com relação aos riscos do mercado de trabalho. Já no segundo bloco são trabalhados os indicadores por posição na família, analisando, simultaneamente, os arranjos familiares e as chances diferenciadas de inserção de cada componente.

A RMS apresentava, em 2004, um total de 1.043 mil famílias. Embora o modelo tradicional formado por “casal com filhos” seja majoritário (cerca de 44,3%), os dados mostram um aumento significativo do número de famílias do tipo “mãe com filhos”, que representava, em 1993, 21,5% deste total e 27% em 2004.

Este elevado percentual de famílias monoparentais chefiadas por mulheres na RMS, somado a uma forte presença da chefia feminina nos “Outros tipos de família”, fazem com que a proporção de famílias que têm uma mulher como a pessoa de referência alcançasse 41,8% em 2004. Observe-se que, segundo Borges,

É neste tipo de arranjo familiar que são encontradas as proporções médias mais elevadas de pobres e indigentes, particularmente no caso das famílias formadas por mulheres com filhos pequenos ou em idades de difícil inserção no mercado de trabalho, como a adolescência. (BORGES, 2006, p. 2)

As famílias numerosas vêm perdendo espaço para as famílias com, no máximo, quatro componentes, as quais equivalem, em 2004, a 84% das famílias metropolitanas. Essa redução no número de componentes na família coloca em questão os limites e possibilidades do grupo familiar no enfrentamento da crise do mercado de trabalho, já que o número de componentes em idade de trabalhar é fundamental na definição do número de pessoas com probabilidade de contribuir para a formação da renda familiar. Esse dado aponta, portanto, para as dificuldades encontradas pelos arranjos familiares, principalmente no caso das famílias com crianças, adolescentes e idosos que sofrem a inatividade e toda a seletividade do mercado.

Houve, no período estudado, um aumento considerável nas taxas de participação de todos os tipos de família, demonstrando um maior movimento dos seus membros em direção ao mercado de trabalho, mas essas taxas não se configuram em efetiva inserção, já que o desemprego, na RMS, atingiu 20% da PEA, em 2004. Nesta análise, destacam-se os indicadores dos dois principais conjuntos de família – “Casal com filhos” e “Mães e filhos” –, os quais respondiam, neste ano, por 55,1% e 21,6%, respectivamente, do total de famílias metropolitanas.

As famílias do tipo “Casal com filhos”, que apresentavam, em 1993, uma taxa de desocupação de 14,2% em 1993, elevou-a para 18,2% em 2004. Porém, percebe-se um maior impacto da crise do mercado de trabalho nas famílias dos tipos “Mães com filhos”, cuja taxa de desocupação já alcançava 19,8% em 1993 e sofreu um aumento bastante significativo, saltando para 27% em 2004, e confirmando o maior grau de vulnerabilidade e a dificuldade de reprodução com que se defrontam estes tipos de família.

Outro indicador que mostra como a vulnerabilidade varia segundo o tipo de família é o rendimento mensal familiar per capita. Tanto em 1993 como em 2004 a família do tipo “Casal

---

<sup>1</sup> Para cada tipo de família, de acordo com a classificação do IBGE, foram calculadas a taxa de participação (proporção de membros da família com 10 anos ou mais economicamente ativos) e a taxa de desemprego que corresponde à proporção da PEA familiar em situação de desemprego.

sem filhos” era a que auferia maior rendimento mensal *per capita* (em torno de R\$ 569,00 em 2004) e a família do tipo “Mãe com filhos em idades variadas” era a que tinha o menor rendimento médio *per capita* (R\$ 118,00, em 2004).

No caso das famílias do tipo “Casal com filhos menores de 14 anos”, o baixo rendimento médio *per capita* (R\$ 288,00 em 2004) é explicado, sobretudo, pela inatividade dos filhos. Já nas famílias do tipo “Casal com filhos de 14 anos ou mais”, cujos filhos estão em idade ativa e com maior probabilidade de se inserirem no mercado de trabalho, o rendimento mensal *per capita* era de R\$ 418,00, em 2004.

As famílias do tipo “Mãe com filhos menores de 14 anos” também possuíam um rendimento mensal *per capita* baixo (em torno de R\$ 151,00 em 2004), mais um dado que evidencia a dificuldade encontrada por este tipo de família para se manter e se reproduzir. Nele, como a maioria dos filhos são inativos, na maior parte dos casos a sobrevivência depende, inteiramente, do rendimento da mulher chefe, que se insere no mercado de trabalho de forma precária, além de ter que dividir o seu tempo entre o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e trabalho assalariado.

Finalmente, nas famílias do tipo “Mãe com filhos de 14 anos ou mais” o rendimento mensal *per capita* também aumenta um pouco (R\$ 332,00 em 2004) pelo fato, já ressaltado, dos filhos jovens já participarem da formação da renda familiar.

Quando observados os tipos agregados “Casal com filhos” e “Mãe com filhos” segundo classe de renda, é possível constatar, mais uma vez, o grau de vulnerabilidade e pobreza vivenciado pelas famílias deste último tipo. Na RMS, em 2004, 27 mil delas não tinham rendimento (quase 10%), 59,5% encontravam-se na classe de renda familiar de até dois salários mínimos mensais e apenas 4,9% delas ganhava mais de 10 salários mínimos.

Enquanto isto, dentre as famílias que formam os tipos “Casal com filhos”, 1,9% não possuía rendimento em 2004 e a proporção representada pelas que ganhavam até dois salários mínimos não ultrapassava 34,7%. Esta é a configuração familiar que apresenta os maiores percentuais nas altas classes de rendas mais elevadas (11,7% com mais de 10 salários mínimos em 2004), demonstrando a posição relativamente mais confortável no mercado de trabalho.

Essas diferenças entre os diversos tipos de família podem ser mais bem compreendidas quando considerada a contribuição para o rendimento familiar segundo a posição dos indivíduos na família: entre 1993 e 2004, de uma maneira geral, caiu a contribuição dos filhos para rendimento das famílias, assim como a da pessoa de referência ou chefe. Contrários a este movimento, os rendimentos do cônjuge, que em 1993 correspondiam a 14,7% do rendimento médio familiar, aumentaram a sua participação para 16,9% em 2004, demonstrando a importância da contribuição deste segmento para a formação da renda familiar.

A análise das respostas das famílias e dos sujeitos, com suas atribuições familiares, às diferentes conjunturas que condicionam as possibilidades de emprego, mostra como vêm se alterando os arranjos de inserção dos componentes da família no mercado, bem como a sua contribuição para a composição da renda familiar. (MONTALI, 2000 e 2002).

Com os dados da PNAD, esta análise pode ser feita através da observação das taxas de participação segundo a posição na família. Vê-se então que entre 1993 e 2004 ocorreu uma ligeira redução - de 80,2% para 79,1% - na taxa da pessoa de referência ou chefe. Contrariamente a este fenômeno aumenta consideravelmente a taxa de participação dos cônjuges e dos filhos.

A taxa de participação dos cônjuges elevou-se de 53,2 para 68,3% no período considerado, demonstrando uma maior disponibilidade deste segmento para o trabalho. Alguns fatores devem ser considerados na análise deste crescimento da participação das cônjuges - majoritariamente mulheres - em atividades remuneradas: o desemprego masculino, a seletividade do mercado, que ao definir um novo padrão de absorção da força de trabalho tem possibilitado a manutenção e o crescimento da participação da mulher e as alterações na estruturação dos

núcleos domésticos, que têm aumentado a disponibilidade desta, em todas as idades e posições na família, para o trabalho remunerado.

No entanto, a sua participação permanece menor que a participação do chefe masculino e, como ressalta a literatura pesquisada, esta crescente inserção no mercado de trabalho ocorre marcada pelas atribuições de gênero, que se expressam tanto por sua disponibilidade, como pelas possibilidades de absorção pelo mercado, através de vinculações precárias de trabalho e jornadas menores que as dos demais componentes adultos da família.

Com relação aos filhos, indicando que eles estão pressionando o mercado de trabalho, a sua taxa de participação subiu de 38,7% em 1993 para 52,3% em 2004. Entretanto esta disponibilidade para o trabalho dos filhos não tem se traduzido na efetiva inserção deste segmento da força de trabalho, já que a taxa sua de desemprego, que já era excessivamente alta em 1993 (26,2%), passou para 32,6% em 2004, ou seja, quase 1/3 dos filhos economicamente ativos das famílias residentes da RMS encontrava-se desempregado, evidenciando a necessidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade encontrada pelas famílias para manter e/ou buscar os rendimentos necessários à sua reprodução.

A categoria dos cônjuges foi a que apresentou a menor variação na sua taxa de desemprego (de 16,3% para 18,5% respectivamente), inferior à dos chefes, que saltou de 8,6% em 2003 para 11,6% em 2004.

Os dados acima indicam, portanto, novos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho da RMS com o objetivo de garantir a subsistência do grupo familiar. Há uma maior divisão da responsabilidade pela manutenção da família entre os principais mantenedores e outros componentes do grupo doméstico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do comportamento dos membros da família nesse momento de crise econômica confirma a necessidade cada vez maior da inserção da mulher (cônjuge ou chefe) e dos filhos no mercado de trabalho, como uma maneira de complementar a renda familiar quando se estabelece a impossibilidade concreta de realização do padrão de família mantida pelo chefe provedor.

Os indicadores analisados e a bibliografia consultada revelam também que, na maioria dos casos, esses novos arranjos de inserção vêm se mostrando incapazes de recompor as rendas familiares, resultando na queda dos rendimentos disponíveis, apesar do maior número de componentes da família buscando contribuir para a formação da renda.

A ruptura do padrão de família mantida pelo chefe provedor tem várias conseqüências, dentre as quais destacam-se:

- Fortemente atingidas pelo desemprego, pela precarização, pela queda dos rendimentos e pela conseqüente deterioração das suas condições de vida, as famílias da RMS vêm perdendo, gradativamente, sua capacidade de funcionar, tal como no passado, como um mecanismo de proteção de seus componentes, que exige para largas camadas da população parte do déficit de proteção social gerado pela fragilidade e baixa cobertura da proteção oferecida pelo Estado. (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 120).
- A outra conseqüência da ruptura do padrão de família mantida pelo chefe provedor é ressaltada por Montali (2000): ela provoca uma nova divisão do trabalho na família e deverá levar, a longo ou médio prazos, a uma nova divisão sexual do trabalho, a uma redefinição dos papéis de gênero e, logo, a mudanças tanto na família como na disponibilidade para o mercado de trabalho. Enquanto essas alterações não ocorrem, as mulheres ficam cada vez mais sobrecarregadas, acumulando as tradicionais

responsabilidades associadas aos papéis de mães e donas-de-casa com aquelas relacionadas com o exercício profissional e, cada vez mais, também os encargos da chefia da família.

## REFERÊNCIAS

BARRERE-MAURISSON, M.A. **La Division Familiar Del Trabajo**. Buenos Aires. Lúmen – Hymanitas. 1999.

BORGES, A. “O estudo do Mercado de trabalho” in Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, UFBA, 2003.

BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias em três metrópoles brasileiras. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, ABEP. 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em 03 de jul. 2006.

BORGES, A. Dez anos de desemprego e precarização na RMS. In: Boletim do Núcleo de Estudos do Trabalho. 2004/205.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, Paulo Henrique . Família e Proteção Social. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, p. 109-122, 2003.

MONTALI, L. Mudanças recentes na relação família-trabalho. Campinas, NEPP/UNICAMP. 2000.

MONTALI, L. “Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego”. São Paulo em Perspectiva **17**(2): p. 123-135. 2003.

MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, ABEP. 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em 09 de jan. 2006.